

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028768

O Instituto Estadual do Ambiente - INEA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 5.101, de 4 de outubro de 2007 e pelo Decreto nº 41.628, de 12 de janeiro de 2009, e suas modificações posteriores e em especial do Decreto nº 44.820, de 2 de junho de 2014 que dispõe sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental, concede a presente Licença de Operação a

PEDRINCO PEDREIRAS E INDÚSTRIA DE CONCRETO LTDA

CPF/CNPJ: 30.540.330/0001-30

Código INEA: UN015458/10.61.10

Endereço: RUA MARIA DUQUE ESTRADA LAGINESTRA, 900 - - PARQUE SÃO CLEMENTE - NOVA FRIBURGO - RJ

Aprova a operação da atividade de fabricação de artefatos de cimento e de concreto usinado.x.x.x.-x-x-x-x-x-x-

no seguinte local:

RUA MARIA DUQUE ESTRADA LAGINESTRA, 900 - - PARQUE SÃO CLEMENTE - NOVA FRIBURGO

Condições de Validade Gerais

1-Esta Licença diz respeito aos aspectos ambientais e não exime o empreendedor do atendimento às demais exigíveis por lei;

2-Esta Licença não poderá sofrer qualquer alteração, nem ser plastificada, sob pena de perder sua validade;

3-Requerer a renovação desta Licença de Operação - LO, no mínimo 120 (cento e vinte) dias antes do vencimento do seu prazo de validade;

4-Atender à Resolução CONAMA Nº 001, de 08.03.90, publicada no D.O.U. em 02.04.90, que dispõe sobre critérios e padrões de emissão de ruídos;

5-Atender à DZ-215.R-4 - Diretriz de Controle de Carga Orgânica Biodegradável em Efluentes Líquidos de Origem Sanitária, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.886 de 25.09.07, publicada no D.O.R.J. de 05.10.07 e republicada no D.O.R.J. de 08.11.07;

Esta Licença é válida até 11/11/2022, respeitadas as condições nela estabelecidas, e é concedida com base nos documentos e informações constantes do Processo nº E-07/201394/2008 e seus anexos.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 2014

JOSÉ WENCESLAU L. JUNQUEIRA
SUPERINTENDENTE

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028768

6-Atender à DZ-1310.R-07 - Sistema de Manifesto de Resíduos, aprovada pela Deliberação CECA nº 4.497, de 03.09.04, publicada no D.O.E.R.J. de 21.09.04;

7-Manter o cumprimento da Norma Regulamentadora do Ministério do Trabalho e o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico do Estado do Rio de Janeiro;

8-Manter o cumprimento da NBR-17505- Armazenagem de Líquidos Inflamáveis e Combustíveis;

9-Realizar inspeções periódicas e manutenção preventiva e corretiva dos sistemas que operam com produtos perigosos (vasos, tubulações, válvulas, flanges, etc.) e dos seus respectivos dispositivos de segurança, mantendo os registros dessas operações à disposição da fiscalização;

10-Treinar periodicamente o pessoal incumbido da operação normal e o de ação em emergência, mantendo o registro dos treinamentos (pessoal treinado, instrutor e conteúdo programático) à disposição da fiscalização;

11-Supervisionar e controlar permanentemente as condições de trabalho, mantendo o registro das anormalidades ocorridas e dos procedimentos adotados para a correção das anormalidades, à disposição da fiscalização;

12-Registrar os acidentes ocorridos, bem como o resultado de sua investigação e análise, mantendo essas informações à disposição da fiscalização;

13-Manter disponíveis na qualidade e quantidade apropriadas, e prontos para o uso, os equipamentos e materiais de atendimento a emergências;

14-Manter operacionais e nas condições de projeto, os sistemas e recursos de proteção contra incêndio;

15-Atender as recomendações apontadas pelo Relatório de Segurança apresentado;

16-Manter limpas e desobstruídas as canaletas de drenagem, direcionando as águas de drenagem de toda área de produção ao sistema de caixas de decantação, conforme projeto apresentado;

17-Manter umedecidas as pilhas de matérias-primas estocadas ao ar livre e as vias internas, de modo a evitar a emissão de material particulado para a atmosfera;

18-Promover a limpeza periódica do sistema fossa séptica/filtro anaeróbico e da caixa separadora de água e óleo (CSAO), utilizando os serviços de empresa licenciada pelo INEA, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;

19-Promover a limpeza periódica das caixas de decantação, de modo a mantê-las em perfeitas condições de funcionamento, reaproveitando os sólidos retirados e a água residuária;

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.

LICENÇA DE OPERAÇÃO

LO Nº IN028768

- 20- Acondicionar os resíduos provenientes do setor administrativo e da atividade produtiva (plástico, papéis e trapos) em recipientes dotados de tampa e estocá-los em área abrigada, até o seu recolhimento por empresas licenciadas pelo órgão ambiental estadual, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 21- Acondicionar os óleos lubrificantes, usados nos equipamentos, em recipientes dotados de tampa e estocá-los em área abrigada, até o seu recolhimento por empresas licenciadas pelo órgão ambiental estadual, mantendo os comprovantes à disposição da fiscalização;
- 22- Comunicar imediatamente ao Serviço de Operações em Emergências Ambientais do INEA, plantão de 24 horas, pelos telefones (21) 2334-7910, 2334-7911 ou 8596-8770, qualquer anormalidade que possa ser classificada como acidente ambiental;
- 23- Não realizar queima de qualquer material ao ar livre;
- 24- Eliminar métodos de trabalho e ambientes propícios à proliferação de vetores (insetos e roedores nocivos);
- 25- Evitar todas as formas de acúmulo de água que possam propiciar a proliferação do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue;
- 26- Manter vedados quaisquer recipientes de armazenamento de água;
- 27- Armazenar em local coberto todo material que possa acumular água da chuva;
- 28- Manter os ralos limpos e cobertos com tela;
- 29- Não permitir acúmulo de água nas bandejas sob os aparelhos de ar condicionado;
- 30- Manter atualizados junto ao INEA os dados cadastrais do empreendedor;
- 31- Submeter previamente ao INEA, para análise e parecer, qualquer alteração ou ampliação no empreendimento licenciado;
- 32- O INEA exigirá novas medidas de controle ambiental, sempre que julgar necessário.x.x.x.x.

O não cumprimento das condições constantes deste documento e das normas ambientais vigentes sujeita o infrator, pessoa física ou jurídica, às sanções previstas na Lei Estadual nº 3467, de 14.09.2000 e na Lei Federal nº 9605, de 12.02.1998, e poderá levar ao seu cancelamento.